

Passarinho quer suprimir o prefácio da Carta

BRASÍLIA — A Constituição promulgada dia 5 teve sua publicação impugnada ontem, na primeira sessão do Congresso após a dissolução da Constituinte. O senador Jarbas Passarinho, líder do PDS, pediu que se exclua do texto distribuído pelo Poder Legislativo o prefácio *A Constituição Coragem*, assinado pelo deputado Ulysses Guimarães e que, em sua opinião, tem caráter puramente eleitoral. O principal argumento de Passarinho é o de que, em nenhuma fase da Constituinte, esse prefácio foi votado, mas apenas o preâmbulo.

A primeira preocupação do presidente do Senado, ao receber a impugnação de Passarinho, foi com a data. Ontem era aniversário de Ulysses, e Humberto Lucena (PMDB-PB) não sabia como lhe apresentar o problema. Pretendendo ter um entendimento com o presidente do PMDB antes de tomar qualquer decisão, estava decidido a deixar a conversa para hoje. Quanto ao pedido de Passarinho para que se suspendesse imediatamente a impressão da Constituição na gráfica do Senado, Lucena estava convencido de que precisava tomar uma providência mais urgente.

Inaceitável — Vinte e cinco mil exemplares da Carta já foram impressos com o prefácio de Ulysses, que deverá constar de mais 45 mil, em fase de encadernação para serem enviados a bibliotecas, assembleias legislativas e universidades de todo o país. "Se o doutor Ulysses queria fazer um discurso de candidato, ele fez; mas inserir um texto eleitoral na Constituição, em que pese o alto apreço que tenho por ele, é inaceitável", disse Passarinho.

Segundo o líder do PDS, depois de evitar o absurdo de a Constituição ser promulgada com

uma errata, não se conseguiu impedir um absurdo semelhante — "trata-se da única constituição do mundo com prefácio". No momento em que ele afirmava isso, em plenário, o deputado Genebaldo Correia (PMDB-BA), um dos coordenadores da campanha de Ulysses à Presidência da República, tentou argumentar que o texto divulgado com o prefácio não era oficial. "Então é um texto panfletário?", indagou Passarinho, apoiado por Amaral Neto (PDS-RJ), Amaury Muller (PDT-RS), José Lourenço (PFL-BA) e Marcondes Gadelha (PFL-PB).

Preâmbulo — Passarinho explicou que não faz qualquer restrição às publicações que os parlamentares providenciam para divulgar o texto constitucional apensado a um discurso de autoria própria. "Mas não é esse o caso presente. A Constituição que está sendo enviada para todo o país, impressa pela gráfica do Senado, está levando um texto do doutor Ulysses à feição de prefácio", insistiu ele. O senador percebeu a impropriedade desse texto quando, momentos depois de entrar no plenário para a sessão de promulgação da Carta, resolveu folhear o volume recebido à entrada.

"Que diabo é isso? Uma constituição tem preâmbulo, nunca prefácio. Essa é a primeira do mundo a apresentar prefácio", comentou ele com o parlamentar que estava a seu lado. Resolveu no entanto manter-se em silêncio para não empanar o brilho da festa de Ulysses Guimarães, mas ontem já chegou para a sessão do Congresso com o pedido de impugnação da publicação. "É, as candidaturas complicam as coisas", comentou ao levar seu requerimento a Humberto Lucena.

TREs decidem sobre número de vereadores

O aumento da bancada de vereadores do Rio de Janeiro, de 33 para 55, conforme determina a Constituição promulgada anteontem, dependerá ainda da resposta que o Tribunal Regional Eleitoral dará aos partidos envolvidos na disputa eleitoral. Essa é a determinação do presi-

dente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Oscar Correa, que alegou falta de tempo para baixar normas fixando o novo número de vereadores.

Segundo Correa, os interessados devem pedir rapidamente aos TREs, que fixem o número de vereadores nas eleições de novembro, pois para as próximas a Constituição estabelece: cidades com até um milhão de habitantes, mínimo de nove vereadores e máximo de 21; até cinco milhões, mínimo de 33 e máximo de 41; mais de cinco milhões de habitantes, mínimo de 42 e máximo de 55.

Líder propõe fim da Saden

O líder do PSDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), propôs ao plenário a sustação do decreto-lei 96.814 — agora constitucionalmente considerado medida provisória — pelo qual o presidente José Sarney transformou a secretaria-geral do Conselho de Segurança Nacional em Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional (Saden). A proposta do senador está contida em projeto de decreto legislativo.

Justificando o projeto, Fernando Henrique cita o consultor-geral da República, Saulo Ramos, que afirmou ter reconstituído, com o decreto, o que a Constituinte havia descontinuado. Segundo o senador, qualquer modificação na organização e nas competências do Conselho de Segurança Nacional só poderia ocorrer mediante lei ordinária.

"O rol de competências dos quatro incisos do artigo 2º do decreto nº 96.814 nada mais é do que a reprodução, letra por letra, do rol de competências do novel Conselho de Defesa Nacional, instituído pelo artigo 91 da Constituição de 1988", diz o parlamentar. Pelo parágrafo 2º do artigo 91, a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional serão regulamentados em lei votada pelo Congresso.

"Julgamos lícito", adverte Fernando Henrique, "alertar que tentativas de descrédito da Constituição de 1988 tenderão a se repetir se não forem repelidas com vigor, embora talvez sem o caráter risível, o primarismo e a ausência do mais mínimo rigor técnico que caracterizam esse decreto-lei".

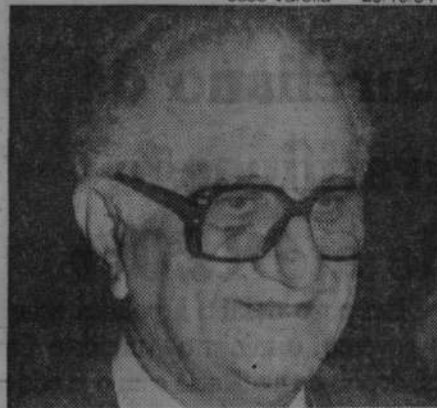
Projeto triplica vencimento

José Varella — 29/10/84

Apresentado pelo deputado Jorge Arbage (PDS-PA), mas sem sua assinatura, chegou à Mesa do Congresso Nacional um projeto de decreto legislativo que triplica os vencimentos dos parlamentares, para compensar o pagamento de Imposto de Renda. Embora a nova Constituição tenha acabado com a isenção que privilegiava parlamentares, magistrados e militares, o projeto aproveita o precedente aberto pelo presidente José Sarney, que decretou esta semana aumento de até 110% para as Forças Armadas.

A proposta de Arbage discrimina a remuneração dos congressistas em subsídio, representação e ajuda de custo. O subsídio corresponderá ao montante da remuneração percebida em espécie, excluídas as diárias de sessão extraordinária. Como a representação e a ajuda de custo, segundo o projeto, terão o mesmo valor do subsídio, os deputados e senadores passariam a ganhar três vezes mais do que ganham hoje.

No artigo 5º, o projeto prevê que o parlamentar que, injustificadamente, não comparecer à sessão do dia deixará de perceber 1/30 do subsídio e da representação. E mais: os valores da remuneração dos deputados e senadores



Arbage é o autor do projeto

serão reajustados uniformemente na mesma data e nos percentuais fixados para os servidores da União.

O líder do PDT, deputado Brandão Monteiro, assegurou que os pequenos partidos não concordam com esse drible na Constituição. Na próxima semana, haverá reunião de lideranças para discutir o projeto do deputado Jorge Arbage.

Imposto assusta Congresso

Embora os departamentos de pessoal do Senado e da Câmara dos Deputados ainda não tenham revelado quanto os parlamentares recolherão de Imposto de Renda na fonte este mês, muitos deles já começaram a entrar em pânico com a possibilidade de perderem até 48% dos Cz\$ 2 milhões 200 mil que ganham. "Estamos passando de privilegiados a penalizados", reclamou o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), que pretende desativar o escritório eleitoral que mantém em Belém. "A partir de agora, sustentar uma casa em Brasília e outra no Rio não vai ser fácil", concluiu a deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ).

O deputado Amaral Neto (PDS-RJ) disse que terá dificuldade para pagar a prestação da casa que comprou em Brasília. "No contracheque do próximo mês vamos descontar o imposto de outubro e o de novembro. Vamos receber algo em torno de Cz\$ 300 mil", calculou. Amaral argumentou que "Legislativo não é emprego, mas um lugar onde se faz um vestibular de quatro em quatro anos junto

ao povo", o que em sua opinião justifica que o parlamentar ganhe acima da média dos salários.

"Afinal, um representante sindical, quando se elege, ganha uma porção de privilégios para defender seus representados. Por que nós não podemos também ter privilégios?", insistiu Amaral Neto. O deputado Cunha Bueno (PDS-SP) aderiu ao coro das lamentações: "Tenho mulher, dois filhos, escritório político em São Paulo, onde pago aluguel, telefone e sete funcionários. Como vou sobreviver?"

Para o senador José Richa (PSDB-PR), acha que o jeito é "apertar o cinto", mas ele não aceita que "um jogador de futebol ganhe mais que um parlamentar". O senador Mário Maia (PDT-AC) teme perder o contato com os eleitores do interior do Acre. "Para tomar um teco-teco de Rio Branco a Cruzeiro do Sul, no meu estado, eu pago Cz\$ 200 mil. Pagando Imposto de Renda, vou ter que reduzir essas viagens", queixou-se.